



Argumentum

E-ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@yahoo.com.br

Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

GUISSO, Sandra Maria; Meira MENANDRO, Paulo Rogério
Trabalho, natureza e sociedade: o processo de exclusão relacionado ao trabalho com o
lixo
Argumentum, vol. 5, núm. 1, enero-junio, 2013, pp. 257-269
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475547478016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Trabalho, natureza e sociedade: o processo de exclusão relacionado ao trabalho com o lixo

Work, nature and society: the exclusion process related work trash

Sandra Maria GUISSO¹

Paulo Rogério Meira MENANDRO²

Resumo: O texto propõe uma reflexão acerca das relações de trabalho, os significados envolvidos nestas relações e as trocas sociais estabelecidas. Neste contexto, buscou-se compreender as relações de trabalho dos catadores de materiais recicláveis na sociedade capitalista e qual lugar esses trabalhadores ocupam nessa sociedade.

Palavras-chave: Trabalho. Exclusão. Lixo.

Abstract: The text proposes a reflection on labour relations, the meanings involved in these relationships and social exchanges. In this context, we attempted to understand the working relationships of recyclable material collectors in capitalist society and which place these workers occupy in society.

Keywords: Work. Exclusion. Trash.

Submetido em: 9/9/2012. Nova versão em: 14/3/2013. Aceito em: 30/5/2013.

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Brasil) . Coordenadora de Pesquisa e Extensão da Faculdade da Região Serrana (FARESE, Brasil). Apoio institucional: CAPES. E-mail: <sguisso@gmail.com>.

² Doutor em Psicologia. Professor titular do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Brasil). Apoio institucional: CAPES. E-mail:<paulomenandro@uol.com.br>.

Introdução

O trabalho é fundamental para a vida humana, pois é condição para a existência social. No entanto, no sistema capitalista o trabalho pode ser motivo de sofrimento, de repetição, de falta de satisfação com a atividade exercida, de degradação humana, quando ocorre em contexto de alienação política e econômica decorrente da condição capitalista.

Leontiev (2004) discorre sobre os efeitos que as relações sociais tiveram na formação cultural da humanidade. Ressalta ainda, que a evolução sócio-cultural foi mais determinante do que a evolução biológica e destaca o trabalho como a representação mais legítima dessa acumulação filogenética.

A construção do sujeito passa pelas experiências com o trabalho. O trabalho é um espaço de construção de sentido e, portanto, de conquista de identidade, da continuidade e historização do sujeito. Através do trabalho, o homem começa a entender o funcionamento do sistema e qual a sua função no mundo do trabalho, passa também a defender e a reagir às situações ameaçadoras.

A sociedade valoriza o trabalho a partir da remuneração financeira: quanto maior o retorno financeiro, mais valorizada é a atividade que o trabalhador exerce. Não é o trabalhador que é valorizado e sim a sua mão de obra. Através da valorização financeira da mão

de obra do trabalhador, a sociedade divide em classes sociais esses atores. De acordo com Iasi (2011) a divisão das sociedades em classes ocorre pelo modo de produção, sendo que no capitalismo esta divisão é selada pela posse ou não dos meios de produção, pela formação da consciência de classe e pela ação política desta classe. Existem aqueles que compram a mão de obra, aqueles que podem vender sua mão de obra por valores considerados pela sociedade como dignos, e aqueles que a vendem para ganhar o mínimo necessário para sobreviver.

Fiorin destaca que:

Se o salário não é a retribuição do trabalho, mas da força de trabalho, então ele é, em geral, o mínimo historicamente indispensável para a reprodução da mão-de-obra, ou seja, o mínimo necessário para que o trabalhador sobreviva (FIORIN, 2004, p. 27).

O pagamento do mínimo pela força de trabalho do trabalhador passa, no nível da aparência, como uma troca igualitária, na medida em que o trabalhador, sem qualificação, oferece a sua mão de obra e é pago com o mínimo, pois não apresenta qualificações que justifiquem remuneração maior. Os sujeitos que estão nesta condição passam a acreditar que esta é a forma mais justa de troca, contribuindo para o aumento e a manutenção da desigualdade e da exclusão social.

Neste contexto, a sociedade e o excluído acabam por se conformar com a situação de desigualdade, ficando imóveis, muitas vezes por não acreditar

que as reivindicações provoquem mudanças. Vêras (2004) faz um relato do processo de exclusão nos últimos quinhentos anos e identifica no trabalho o início e o fim da exclusão, a autora destaca que além de ricos e pobres, existe uma população crescente de pessoas que estão em trabalhos mal remunerados, precários e mal tratados.

A tomada de consciência do indivíduo acerca da exploração e exclusão, muitas vezes ocorre de forma lenta e desigual, não apresentando diferenças visíveis que podem ser entendidas como transformações. Para Iasi (2011) a tomada de consciência não ocorre para todos da mesma forma e no mesmo tempo, ou seja, é um processo singular e ao mesmo tempo plural.

É importante ressaltar que a exclusão não é um fenômeno que atinge somente países pobres, nos quais as diferenças sociais são evidentes, e sim engloba grandes parcelas da população mundial que se encontra de alguma forma, às margens do mundo do trabalho em razão das transformações deste e dos modelos econômicos vigentes. Por outro lado, convém lembrar que a exclusão é expressa de diferentes formas, não atingindo somente o trabalho, mas as diferentes inserções do indivíduo, como relata Wanderley:

Na verdade existem valores e representações do mundo que acabam por excluir pessoas. Os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mer-

cado de trabalho e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural. (WANDERLEY, 2004, 17-18).

As trocas salariais praticadas na sociedade capitalista não representam uma relação igualitária, mas, por outro lado, a total ausência de trocas implica em não atender a uma parcela da população com o mínimo para sobreviver.

Neste sentido, a construção de uma sociedade salarial justa favorece a inserção social dos trabalhadores relacionada ao local que ocupa na escala salarial. O salário permite ao trabalhador planejar o seu futuro e assegurar as condições de sobrevivência (CASTEL, 1997).

Ainda neste contexto, o trabalho é um direito e um dever do ser humano: um direito, pois o homem é um ser inserido na natureza e tem o poder de promover transformações a fim de produzir bens; e, um dever, já que é justo que contribua para a produção de bens materiais, culturais e simbólicos (FRIGOTTO, 2005).

De acordo com Marx (2008), o homem agrega valor à matéria-prima a partir do momento que ele usa a força de trabalho e produz o material de consumo. Apesar disso, as novas tecnologias que vieram associadas à modernidade proporcionaram riqueza para alguns e pobreza para muitos, pois apesar da força de trabalho ser fundamental para valorizar os produtos consumidos, ela

também exige uma qualificação que parte significativa da população não tem acesso, gerando, dessa forma, além do problema de empregos que pagam baixos salários, há ainda o problema do desemprego.

Como defende Filho (2007) as novas tecnologias são muito importantes para o processo de desenvolvimento mundial, o que é questionável é o modelo adotado pela sociedade na utilização dessas tecnologias, que as fazem desencadear um dinamismo excludente sem precedentes. Esse processo de exclusão social, endêmico a sociedade moderna, passa, necessariamente, pela falta de planejamento social, político e econômico.

A sociedade capitalista que proporciona os processos de exclusão e desigualdade também desenvolveu mecanismos que permitem controlar ou manter dentro de certos limites esses processos, como exemplifica Santos:

No que respeita à desigualdade, a função consiste em manter a desigualdade dentro dos limites que não inviabilizem a integração subordinada, designada de inclusão social pelas políticas estatais. Os direitos sociais e econômicos universais, o rendimento mínimo de inserção social e as políticas compensatórias, ('fome zero', bolsa-escola, abono de família, assistência social) são os mecanismos modernos (muito diferentes entre si) para manter a desigualdade em níveis aceitáveis. [...] (SANTOS, 2008, p.285).

O Estado é responsável por muitas políticas de exclusão social através de ajuda ou auxílio que nada mais fazem

do que mascarar o problema dando a impressão de que se está fazendo alguma coisa. O que ocorre na verdade é que o excluído está sozinho neste processo, pois o que se observa é que ele é responsável pela sua condição e que se não tiver possibilidades de se restabelecer não terá ajuda para tal.

Para Paugam (2004) a pobreza está associada a um processo e não a um estado perpétuo e imutável. Dessa forma, o termo desqualificação social pode levar à compreensão desse processo, como a saída gradativa do mercado de trabalho e todas as implicações que estão associadas à desqualificação social do sujeito. O autor apresenta uma classificação de fases da inserção na pobreza. Quando o indivíduo passa da fase da dependência social, entra na fase de ruptura com os vínculos sociais, na qual, via de regra, ele vai se submeter a atividades até então discriminadas por ele mesmo.

As trocas estabelecidas no sistema capitalista são formas de estabelecimento de relações sociais. O ato da troca não é a simples permuta. Nele estão embutidas normas, valores, cultura, conflito e, permeando todos esses elementos, as relações sociais estabelecidas.

Assim, no contexto do trabalho e da valorização ou desvalorização deste diante de atividades que levem os indivíduos à inclusão ou exclusão, pode-se citar os catadores de materiais recicláveis que usam a sua força de trabalho como moeda de troca, mas não a-

presentam um produto que possa ser comercializado, ou seja, não geram valores monetários, seriam menos valorizados nesse contexto capitalista. Poderiam entrar na categoria descrita por Marx como *unskilled*, que se caracteriza em trabalho considerado simples, enquanto que *skilled* seria trabalho superior. Ao se relacionar à atividade exercida à valorização do trabalho entende-se que os meios pelos quais os trabalhadores exercem a sua força de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também podem ser considerados indicadores das condições sociais nas quais se trabalha (MARX apud ANTUNES, 2004).

A valorização da força de trabalho ocorre mediante um produto final, a partir do momento que este é consumido, é também anulado, isto é, deixa de existir, deixando também de existir a comprovação da força de trabalho embutida no processo (GIANOTTI, 1984). No caso dos catadores de materiais recicláveis, este processo se faz presente já que a sua força de trabalho está empenhada num produto que não aparece.

Os catadores utilizam a sua força de trabalho como meios para executar as atividades, que estão relacionadas ao resíduo. Dessa maneira, todas as atividades desenvolvidas pelos catadores resultam em um produto “inacabado”, seja através de serviços ou de matéria-prima para outro trabalhador produzir

algo que é consumido e valorizado pelas pessoas, visto por elas como necessário.

Quem trabalha com o resíduo manuseia algo que já foi considerado produto e, através da ação do trabalho, ganha valor novamente, pois volta ao processo de produção dando origem a outro produto que, por sua vez, vai entrar novamente nas forças produtivas, a saber: matéria-prima, objeto e produto.

Os resíduos, logo, não se constituem em um produto, mas sim em objeto pelo qual é possível a fabricação do produto. Os trabalhadores que lidam com os resíduos trabalham com a matéria-prima, mas não conseguem enxergar o produto final proveniente dos resíduos. A sociedade tem a visão somente da matéria-prima e não do produto, essa visão limitada a respeito do trabalho e do objeto do trabalho dos catadores é o fator desencadeante do preconceito para com esses trabalhadores.

É importante ressaltar que o texto que segue é resultado de uma revisão bibliográfica acerca dos temas: trabalho, resíduos, exclusão e sociedade. Procurou-se relacionar estas questões a fim de estabelecer as conexões necessárias para entender o processo de exclusão estabelecido na atividade de catador.

1 O trabalho e as relações estabelecidas na sociedade

A condição '*sine qua non*' do trabalho é totalmente influenciada pela constituição da sociedade. Nesse contexto, a constituição política da sociedade é determinante para o lugar que o trabalho ocupa em determinada sociedade, seja através do seu papel transformador, do processo de valorização da força de trabalho ou de seu papel na determinação das classes sociais.

A constituição política se apresenta como a força motriz para o estabelecimento das relações, em todas as instituições inventadas, seja família, escola, comunidade. A força política atua como uma atividade superior e, é dessa forma que o Estado consegue controlar todas as instituições que estão, de alguma maneira, sob sua tutela. Sposito identifica a produção política da sociedade de duas formas, a saber: "de um lado o ato de estabelecer a equivalência do desigual, a homogeneização, o identitário, e, de outro, desvela o conflito que está presente de forma imamente na relação de troca" (SPOSITO, 1996, p. 45).

As relações dos trabalhadores com os produtos e com os meios de produção não são iguais, pois os produtos não constituem vínculos; assim que são finalizados, são desvinculados do trabalhador. Por outro lado, os meios de produção fazem parte da constituição do trabalhador. No caso dos catadores de materiais recicláveis, a sua força de trabalho é o meio e o fim de sua atividade. A posição do trabalho na sociedade capitalista contribui para o esta-

belecimento da desigualdade baseada na exploração.

Se a desigualdade é um fenômeno sócio-econômico, a exclusão é, sobretudo, um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita. (SANTOS, 2008, p. 280).

Nesse sentido, a desigualdade, tomando como base o trabalho e a exclusão social, está presente nos catadores de material reciclável, pois, de alguma forma, esse grupo é privado ou dificultado na sua inserção no mercado de trabalho, o que gera a exclusão social dos mesmos, já que o trabalho funciona como uma válvula propulsora da valorização do homem na sociedade.

Os catadores de materiais recicláveis, em sua maioria, exercem essa atividade sem as condições mínimas de segurança, remuneração adequada, valorização pessoal e profissional, o que os leva a renegar esta atividade e a não procurarem a legalização por meio da inclusão em cooperativas ou como empreendedores individuais. Faltam, além do sentido de pertencer a uma categoria, a informação necessária para que saiam da informalidade e da falta de qualificação para exercerem essa atividade como algo importante e necessário para a sociedade.

Sendo assim, é preciso definir os termos lixo e resíduo para então compreender a exclusão em que vivem estes trabalhadores.

De acordo com o dicionário Michaelis o lixo pode ser entendido como tudo o que não presta e se joga fora, sujeira, imundície (MICHAELIS, 2008). Neste texto optou-se por utilizar o termo resíduo, pois entende-se a necessidade de transformar em outros produtos os resíduos descartados pela sociedade, possibilitando diminuição destes no meio ambiente e fonte de renda a uma população necessitada.

Atualmente, o termo lixo foi substituído por resíduo sólido; o objetivo da nova terminologia foi desvincular a desvalorização que o termo agrega ao material produzido; por outro lado, resíduo produz a conotação de reutilização ou reaproveitamento, reutilização; esta, que em momentos anteriores, dependendo da natureza dos resíduos, não fazia muito sentido, pois ainda não era vislumbrada como possibilidade.

A sociedade moderna é definida como individualista, pois nela a premissa é a da produção e consumo de bens cada vez mais elaborados para atender aos anseios dos consumidores e justificar os ganhos cada vez maiores. Nesta sociedade exigente e ansiosa por novidades, as pessoas são comparadas a uma moeda, com maior ou menor valor, ou seja, elas adquirem um valor monetário; um exemplo disso é a venda da força de trabalho.

Essa visão em relação à importância da mão de obra e ao mesmo tempo à des-

valorização do ser humano (detentor da mesma), que não teve oportunidades, leva a questionamentos na relação trabalho-trabalhador.

A falta de qualificação profissional e de postos de trabalho proporcionou o surgimento de um nicho populacional que passou a habitar as periferias das grandes cidades. Para este nicho populacional restaram apenas profissões alternativas e/ou ignoradas, aliadas à total falta de direitos elementares, como alimentação, saúde e moradia.

São vários os fatores que, combinados, determinam a exclusão social. Entre esses fatores, as novas tecnologias que reduzem a necessidade de pessoas atuando no processo produtivo e a falta de qualificação da mão de obra são questões determinantes para o afastamento de milhares de trabalhadores dos postos formais de trabalho. Também são vários os casos noticiados de existência de vagas não ocupadas por não haver disponibilidade de mão de obra especializada para atender às exigências.

Em relação à transformação do trabalho e às consequências na valorização da força de trabalho do homem e a sua valorização na sociedade, Santos resalta que:

Esta transformação do trabalho está a ocorrer por toda a parte ainda que em diferentes graus e com diferentes consequências. A revolução tecnológica está a criar uma nova e rígida segmentação

dos mercados de trabalho a nível mundial, entre uma pequena fração de empregos altamente qualificados, bem remunerados e com alguma segurança, e a esmagadora maioria dos empregos pouco qualificados, mal remunerados e sem qualquer segurança ou direitos (SANTOS, 2008, p. 298).

Em tal sentido, existe a tendência em valorizar alguns trabalhos em detrimento de outros, como se nem todos fossem necessários para o sadio desenvolvimento e a manutenção da teia das relações sociais. Atualmente, devota-se muito mais interesse ao trabalho das palavras do que ao trabalho dos homens (MOSCOVICI, 2007).

De acordo com Legaspe (1996), a população, que vive dos resíduos o faz depois de esgotar todas as formas de trabalho, quando nem o trabalho braçal é aceito, encontra no que a sociedade chama de lixo, a última esperança de vida.

A sociedade moderna, caracterizada pelo consumo excessivo, descarta o que considera inútil em termos materiais e sociais. O resíduo produzido através do consumo é tido como algo externo aos que o produzem, gerando estranhamento de muitos grupos sociais em relação aos que vivem desse resíduo.

Para Bursztyn (2000), no Brasil, quem trabalha com o resíduo é mal incluído economicamente e excluído socialmente. De acordo com o autor, eles fazem parte de um nicho organizacional sem os direitos básicos, como saúde, ali-

mentação, moradia e, muitas vezes, as condições nas quais eles se encontram, os limitam até no direito de ir e vir.

Na tentativa de diminuir as distâncias sociais e econômicas, alguns subsídios são oferecidos a essa população na forma de ajuda financeira para suprir algumas necessidades básicas e imediatas, mas é importante ressaltar como diz Sawaia:

A sociedade exclui para incluir e essa transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (SAWAIA, 2004, p.8).

É fundamental a conscientização social de que do outro lado do resíduo há um outro: um trabalhador que sobrevive destes e que os utiliza como fonte de renda. Muitas vezes, é através desse trabalhador que parcelas da sociedade conseguem ver o lado obscuro do crescimento econômico sem planejamento, o que por vezes gera desconforto e aversão por parte de quem simplesmente assiste integrantes desse grupo da população lutarem para sobreviver (CATALÃO, 2003). Deve ser objeto de reflexão o fato de uma sociedade voltada para o consumo ter muita dificuldade de ver o outro, sugerindo que consumismo e individualismo parecem andar juntos.

Ressalta-se que, além da cegueira social, a sociedade de consumo também desenvolve a cegueira ambiental, acreditando que a capacidade de suporte de poluição do planeta é infinita. Esta crise de degradação ambiental, o risco de colapso ecológico e o avanço da desigualdade e da pobreza, vieram questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza e a criatividade humana.

2 Trabalho, natureza e sociedade

A relação do trabalho com o meio ambiente é muito próxima, já que os meios pelos quais o trabalho é realizado determinarão se a natureza será mais ou menos agredida. Os extremos sociais como riqueza e pobreza também são determinantes para a degradação ambiental. Na concepção de Dias (2001), os maiores problemas ambientais estão relacionados à pobreza e à miséria, mas, por outro lado, o poder de consumo da sociedade fez surgir um agravante aos problemas ambientais.

As práticas de consumo adotadas pela sociedade, em razão do aumento do poder aquisitivo dela, juntamente com a miséria é um dos grandes responsáveis pelo aumento e agravamento dos problemas ambientais.

Beck (1992) utiliza a expressão “sociedade de risco” para definir essa sociedade formada a partir da globalização

e dos avanços tecnológicos, que apesar de refletirem a modernização da sociedade também são promotores da exclusão social, através de subempregos, consumo exagerado, individualismo e, conseqüentemente, degradação ambiental.

Apenas mais recentemente é que se começou a perceber que o planeta não vai sobreviver se houver o predomínio das leis do mercado. Assim, surge a preocupação com modelos sustentáveis de desenvolvimento, onde haja conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. Vive-se, hoje, um momento de transição, uma verdadeira crise de valores. O paradigma antropocêntrico que predominou durante toda a modernidade ainda está presente em nossa sociedade, mas há sinais visíveis de que a lógica do mercado está destruindo a vida do planeta. Sendo assim, se faz necessária a mudança para uma visão de mundo biocêntrica, comprometida com todas as formas de vida na Terra (GOMES, 2006).

Só o homem tem o poder de promover transformações sem proporções e só ele é capaz de cessar a utilização irracional da natureza. Esse poder que requer raciocínio lógico por parte do ser humano é o mesmo que fragiliza essa relação essencial entre o homem e a natureza.

A natureza precisa ser compreendida como um sistema aliado à sociedade.

Essa visão sistêmica da relação natureza-sociedade foi providencial para compreendermos as transformações bilaterais estabelecidas entre elas. Essa compreensão a partir do pluralismo natureza-sociedade é primordial, pois é somente quando conhecemos os dois agentes transformadores de relações que compreendemos como essas transformações ocorrem. A natureza influencia nossa formação tanto quanto nós influenciaremos a transformação da natureza (MOSCOVICI, 2007).

O trabalho é a forma pela qual o homem se reinventa, é através dele que são colocados em teste: a força, a inteligência, a tolerância e a capacidade do homem mediar a sua ação sobre a natureza, que pode ser com maior ou menor impacto.

A ação do homem sobre a natureza é necessária para a promoção de qualidade de vida, busca de novos recursos e manutenção das conquistas econômicas, mas a maneira como aconteceu e continua a acontecer é que se constitui em um problema, pois o ser humano se vê de fora do ecossistema, e justifica suas ações predatórias como necessárias para o desenvolvimento econômico.

É evidente a complexidade dos problemas que a sociedade moderna enfrenta, pois se vive nos limites do desequilíbrio ecológico, da capacidade de sustentação da vida, da pobreza e desigualdade social. Esses fatores fazem com que a crise ambiental leve à refle-

xão e ao conhecimento dos resíduos e suas relações na sociedade moderna (MAGERA, 2003).

A questão é: como criar alternativas viáveis para implantarmos o desenvolvimento sustentável? Hoje a sociedade já tem a alternativa da reciclagem de materiais que são corriqueiramente chamados de lixo. A reutilização desses materiais diminui a extração de matéria da natureza, reduz os resíduos que seriam depositados na natureza e gera trabalho. O desafio está em fazer com que as atividades provenientes dos resíduos sejam valorizadas, que sejam desempenhadas com direitos básicos respeitados e com segurança.

Atualmente, o resíduo é um dos problemas ambientais mais devastadores; através da produção excessiva e o descarte indevido, são provocados problemas ambientais sem precedentes. A atuação dos catadores de materiais recicláveis se constitui em uma alternativa para mitigar os efeitos devastadores da produção exagerada de lixo. Esta atividade pouco reconhecida deveria ser mais valorizada, no sentido da orientação para esses trabalhadores em relação à segurança, saúde, direitos e deveres constitucionais, promovendo, assim, a inclusão responsável dos mesmos.

Nesse contexto, pessoas que trabalham com os resíduos para sobreviver encontraram nestes uma fonte de renda para atender às suas necessidades. Em suma, o resíduo, que precisa ser reco-

lhido e reciclado para a sustentabilidade do planeta, encontra, nessas pessoas, uma saída e, esses trabalhadores que precisam de trabalho encontram, no resíduo, uma alternativa de sobrevivência.

Enxergar os resíduos e a reciclagem como uma atividade necessária e urgente é importante para eliminar os nichos de exclusão criados a partir dessas atividades. O preconceito tem relação com o fato de se associar a palavra lixo à sujeira, à imundície, aos restos, transferindo tais características às pessoas que trabalham com os resíduos.

Para que as políticas ambientais sejam realmente eficazes é preciso enfoques integradores e democráticos. A educação ambiental tem a incumbência de desenvolver o senso crítico nos sujeitos, ao despertar a consciência política em prol da transformação ambiental. É preciso desenvolver práticas educativas, formais e informais que se propõem a articular, ao mesmo tempo, a degradação ambiental e os problemas sociais.

Considerações finais

Além de assegurar a sobrevivência, o trabalho tem função social e emocional, pois, através dele, muitos projetos, desejos, sonhos são mantidos, abandonados ou realizados. Dessa forma, a sua importância para a formação do sujeito é crucial, sendo muitas vezes, uma relação de realização, outras de

desprezo e humilhação. O trabalho está envolvido na construção dos sentidos, na formação da identidade e na forma como os sujeitos reagem diante de situações de cidadania, sendo cidadãos críticos e participativos das mudanças políticas, econômicas e sociais ou, simplesmente, observadores desses fenômenos (DEJOURS, 1998).

A construção do sujeito passa pelas experiências com o trabalho. O trabalho é um espaço de construção de sentido e, portanto, de conquista de identidade, da continuidade e historização do sujeito. Através do trabalho, o sujeito começa a entender o funcionamento do sistema e qual a sua função no mundo do trabalho; passa também a defender e a reagir às situações ameaçadoras.

As atividades relacionadas com os resíduos são exercidas pelas pessoas que não encontraram alternativa de trabalho, na maioria das vezes, pela falta de qualificação. O que chama atenção é que, para essas pessoas denominadas como agentes ambientais, além da falta de qualificação, falta também a compreensão dos seus direitos.

O direito a um ambiente saudável e a qualidade de vida em todos os níveis faz parte dos direitos universais dos cidadãos. Por outro lado, é conhecido que as pessoas muitas vezes não associam aos direitos humanos as questões ambientais. Sabemos hoje que as discussões acerca dos problemas ambien-

tais estão associadas às discussões que englobam as desigualdades e a exclusão de cidadãos e de seus direitos sociais. Nesse sentido, as ações sobre os problemas ambientais precisam ser concentradas nas comunidades, partindo do local para o global. Dessa forma, é possível atingir as pessoas e transmitir noções de sustentabilidade sócio ambiental, priorizando a compreensão da dualidade entre 'quem tem' e 'quem não tem'.

Referências

- ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BECK, Ulrich. **Risk society**. London: Sage Publications, 1992.
- BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R; WANDERLEY L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY M. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 15-18.
- CATALÃO, Vera. L. **Educação ambiental, resíduos sólidos urbanos e sustentabilidade**: um estudo de caso em Porto Alegre, RS. 2003. Tese de Doutorado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 7. ed. São Paulo: Gaia, 2001.
- FILHO, José Soares. **Sociedade pós-industrial**: e os impactos da globalização na sociedade, no trabalho, na economia e no Estado. Curitiba: Juruá, 2007.
- FIORIN, José Luis. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2004.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CI-
AVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- GIANNOTTI, José Arthur. **Trabalho e reflexão**: ensaios para uma dialética de sociabilidade. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- GOMES, Daniela Vasconcellos. Educação para o consumo ético e sustentável. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande (RS), v. 16, jan./jun. 2006. ISSN 1517-1256.
- IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LEGASPE, R. Luciano. Reciclagem: a fantasia do ecocapitalismo: um estudo

sobre a reciclagem promovida no centro da cidade de São Paulo observando a economia informal e os catadores. 1996. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), 1996.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MAGERA, Marcio Conceição. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo**. Campinas (SP): Átomo, 2003.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MICHAELIS. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008. p. 527.

MOSCOVICI, Serge. **Natureza: para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Gaia, 2007.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2004. cap. 4, p. 67-86.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SAWAIA, Bader. Inclusão ou exclusão perversa? In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 7-13.

SPOSITO, Marília Pontes. A produção política da sociedade. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno da dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

VÉRAS, Maura. Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2004. cap. 1, p. 27-50.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2004, cap. 1, p. 16-26.